



 Irene Rocha Kalil
 Adriana Cavalcanti de Aguiar

¹ Fundação Oswaldo Cruz,
Instituto Nacional de Saúde da
Mulher, da Criança e do
Adolescente Fernandes Figueira,
Núcleo de Comunicação Social e
Design. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

² Fundação Oswaldo Cruz,
Instituto de Comunicação e
Informação Científica e
Tecnológica em Saúde,
Laboratório de Comunicação e
Saúde. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Correspondência

Irene Rocha Kalil
irenekalil@gmail.com

Discursos de promoção ao aleitamento materno e a conformação da(s) maternidade(s) contemporânea(s)

Pro-breastfeeding discourses and the configuration of contemporary motherhood

Resumo

Este ensaio objetiva refletir sobre o papel histórico dos discursos pró-aleitamento materno na conformação de certos modelos de maternidade em voga no mundo ocidental contemporâneo, tema que vem suscitando discussões em países como Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, entre outros. Sua base teórico-metodológica compreende dois campos principais: o primeiro é o da Teoria dos Discursos Sociais ou Semiologia dos Discursos Sociais, que, aplicado ao material empírico por meio da Análise de Discurso, entende o discurso como constitutivo/constituinte das relações sociais de poder; analisa-o com base nas suas marcas ou pistas textuais; problematiza os sentidos privilegiados e naturalizados nesses discursos, relacionando-os às ideologias implicadas, consciente ou inconsciente, em sua concepção; e pensa a comunicação como processo de negociação de sentidos entre sujeitos emissor e receptor. O outro é o dos Estudos de Gênero, que questiona a suposta essência sexual dos conceitos de masculino e feminino, argumentando que eles estão imersos na esfera política e atuam no sentido de legitimar a desigualdade na distribuição do poder entre os sexos na sociedade. De acordo com a análise dos discursos oficiais que embasou este artigo, os discursos contemporâneos pró-aleitamento materno corroboram, em grande medida, a concepção dos seios, do corpo e da subjetividade materna como objetos de regulações

externas, sendo a mulher compreendida como um meio de fornecimento do melhor alimento à criança. Desse modo, concorrem para a conformação e manutenção de certos modelos de maternidade em vigor, estabelecendo um recorte no imaginário social do que viria a ser uma “boa mãe”.

Palavras-chave: Aleitamento materno. Maternidade. Estudos de Gênero. Comunicação em Saúde.

Abstract

This essay aims to reflect on the historic role of the pro-breastfeeding discourses in the conformation of certain popular motherhood models in the contemporary Western world, a theme that has been provoking discussions in countries like England, the United States and Canada, among others. Its theoretical and methodological basis is comprised of two main fields: the first one is the Theory of Social Discourses or Semiology of Social Discourses, which, when applied to the empirical material by means of Discourse Analysis, understands the discourse as a constitutive/constituent element of social power relations; analyzes it based on its textual marks or clues; questions the privileged and naturalized meanings of said discourses, relating them to the pertaining ideologies, be they conscious or unconscious, in their conception and thinks communication as a process of negotiation of meanings between the producer and the receiver. The other is Gender Studies, which questions the supposed sexual essence of the concepts of masculine and feminine, arguing that they are, in fact, immersed in the political sphere and act so as to legitimize the inequality in the distribution of power between the sexes in society. In accordance with the analysis of the official discourses that laid the foundation for this article, the contemporary pro-breastfeeding discourses corroborate, to a large extent, the conception of a mother's breasts, body and subjectivity as objects of external regulations, making the woman a means of providing the best food to the child. In this way, they compete for the conformation and conservation of certain motherhood models in force today, which establish a record of the social zeitgeist about what it means to be a "good mother".

Keywords: Breast Feeding. Parenting. Gender Studies. Health and Communication.

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo propor uma reflexão sobre o papel histórico dos discursos em prol do aleitamento materno, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, na conformação de certos modelos de maternidade em voga no mundo ocidental contemporâneo. Parte da experiência acadêmica das autoras, em pesquisa que teve início em 2011 e permanece ativa desde então. O tema, por si só, mostra-se relevante na sociedade atual, tendo suscitado discussões dentro e fora da academia não apenas no Brasil, mas em países como Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, entre outros.

Nossa argumentação encontra base teórico-metodológica em dois campos principais. O primeiro é o da Teoria dos Discursos Sociais¹ ou Semiologia dos Discursos Sociais.² Aplicada ao material empírico por meio da Análise de Discurso, essa corrente de pensamento entende o discurso como constitutivo/constituente das relações sociais de poder; analisa o discurso tomando como base suas marcas ou pistas textuais; problematiza os sentidos privilegiados e naturalizados nesses discursos, relacionando-os às ideologias implicadas, consciente ou inconsciente, em sua concepção, chamadas de “condições sociais de produção”; e pensa a comunicação como processo de negociação de sentidos entre sujeitos emissor e receptor.

O outro é o dos Estudos de Gênero, que, como apontou a socióloga Jacqueline Pitanguy de Romani,³ questiona a suposta essência sexual dos conceitos de masculino e feminino, argumentando que eles se encontram, na verdade, “mergulhados na esfera política, legitimando posições assimétricas na distribuição social do poder entre os sexos” (p. 65).

Acreditamos, a partir da análise dos materiais oficiais e da literatura disponível, que os discursos pró-aleitamento materno, especialmente após meados da década de 1970, com a mobilização global para o retorno à prática da amamentação apontada por Venancio,⁴ sobretudo nos países em desenvolvimento, têm influenciado significativamente os padrões de maternidade contemporâneos. Como bem pontuou o sociólogo Pierre Bourdieu,⁵ o corpo feminino foi historicamente constituído como um “corpo para o outro”, sendo que a imagem da mulher sobre seu próprio corpo constitui-se fundamentalmente pela representação objetiva desse corpo, ou seja, pelo “*feedback* reenviado pelos outros (pais e pares etc.)” (p. 79).

Nesse sentido, a reflexão proposta neste artigo busca demonstrar como os discursos contemporâneos pró-aleitamento materno corroboram a concepção dos seios maternos e do corpo da mulher como um todo, e sua própria subjetividade, como objetos de regulações externas, compreendidos como um meio ou canal para fornecer aquele alimento-produto que é um direito da criança.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

De acordo com investigações anteriores⁶ e em curso, acreditamos que a maternidade – a opção ou não por ela e a forma de fazê-lo – pode ser considerada, mesmo em nossos dias, uma questão social polêmica e um tema ainda sem consenso e “resolução” no movimento feminista. Dizemos isso porque, mesmo após as diferentes ondas feministas, desde a década de 1960, a maternidade ainda é questão sensível, que impacta e concorre com outras bandeiras tão importantes para o movimento, como a carreira profissional, a participação da mulher na esfera pública e, em âmbito mais geral, a igualdade de gênero.

Ao mesmo tempo, é um objeto delicado. Enquanto algumas teóricas e militantes, como Badinter,⁷ veem na maternidade uma permanente obrigação feminina, construída historicamente por uma sociedade patriarcal e que confina a mulher à esfera privada, outras enxergam nela uma seara na qual a mulher pode viver um “empoderamento” pleno. O protagonismo no parto (preferencialmente sem intervenções), a prática do aleitamento materno sob livre demanda, o *co-sleeping* (pais e bebê dormindo juntos), entre outros elementos, compõem um modelo de criação dos filhos que cresce internacionalmente e é chamado de *attachment parenting* (traduzido no Brasil como “criação com apego”).

Segundo Charlotte Faircloth,⁸ o *attachment parenting* é um movimento global, com raízes no Reino Unido e nos Estados Unidos, que apoia a proximidade entre pais e filhos e envolve normalmente a amamentação prolongada e sob livre demanda, o “vestir o bebê” (uso de *slings* ou panos que permitem que o bebê seja transportado sempre colado ao corpo do adulto, em geral, a mãe) e o hábito familiar de as crianças dormirem no mesmo quarto que os pais.

Tal corrente da maternidade como empoderamento feminino tem, hoje, uma de suas representações num conceito denominado “maternidade mamífera”, que aparece em várias comunidades de mães na internet. Segundo as pesquisadoras brasileiras Fernanda Vecchi Alzguir e Marina Fischer Nucci:⁹

[...] dentre os diversos pontos enfatizados pelas “mamíferas”, destacam-se a defesa do parto natural e humanizado (domiciliar e hospitalar), a amamentação “prolongada” (durante dois anos ou mais) e em livre demanda (sem horários rígidos predeterminados, isto é, sempre que o bebê solicitar o seio). (p. 222).

Elas apontam, ainda, que “as ‘mamíferas’ preconizam também a ideia de um ‘retorno à natureza’ e a valorização de um ‘sagrado feminino’” (p. 223).

Embora relativamente recente no Brasil com essa nomenclatura, a “maternidade mamífera” pode ser identificada com a “segunda onda” feminista. Esta foi caracterizada por

Elisabeth Badinter¹⁰ como uma espécie de *naturalismo* ou *maternidade ecológica*, iniciada na Europa e América do Norte na virada da década de 1970 para 1980, contrapondo-se à bandeira mais culturalista das primeiras correntes do feminismo. Por considerar “a maternidade a experiência crucial da feminilidade a partir da qual se pode construir um mundo mais humano e mais justo” (p. 71), esse movimento traduz um processo de valorização das diferenças biológicas entre os sexos por meio do reconhecimento do caráter natural da maternidade e da amamentação e de sua apropriação como a realização de um desejo e uma forma de afirmação da feminilidade.

Fernanda Vecchi Alzuguir e Marina Fischer Nucci⁹ observaram como o discurso científico vem sendo ressignificado nas redes virtuais de mães – comunidades e blogs –, “para legitimar práticas e estilos de vida consoantes com o ideário da humanização do parto e da amamentação ancorados na ideia de uma natureza feminina universal” (p. 219), configurando o que nomearam de “maternidade baseada em evidências”. As autoras ressaltam que seu propósito não é invalidar a importância social e política dessas redes sociais de mães, inclusive como redes de suporte, “no sentido da construção da autonomia reprodutiva e sexual das mulheres e da crítica à medicalização do corpo feminino” (p. 220). Afirmam que pretendem, ao contrário, atestar a urgência da necessidade de uma análise crítica dessa ideia de uma “natureza feminina universal”, ancorada há séculos em um determinismo biológico, entendendo que tal ideia “não coloca em questão as condições sociais de emergência das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, a dimensão política da maternidade” (p. 220).

A discussão teórica e política sobre a maternidade contemporânea tem relação direta com a temática que vimos estudando, sobretudo a partir de 2011, durante o curso de doutoramento que teve como objeto os discursos oficiais de orientação e promoção ao aleitamento materno, analisando os sentidos que eles privilegiavam e seus silêncios ou raridades. Na verdade, é preciso localizar esta fala, dizendo que acreditamos, como definiu a pesquisadora Dagmar Estermann Meyer,¹¹ que estão em curso hoje “pedagogias de maternidade”, que são, em grande medida, engendradas pelos discursos do aleitamento materno. Para essa autora, as redes de disciplinamento e controle social produzidas e colocadas em circulação por esses discursos contemporâneos pró-aleitamento materno influenciam a produção de identidades de gênero e as concepções de maternidade na sociedade atual.

Meyer¹¹ questiona os limites e possibilidades de mães “de carne e osso” se reconhecerem nessas representações e a que custo e se pergunta “que outros interesses estão em jogo quando se produzem definições de maternidade que transformam o aleitamento em um

imperativo irrefutável e inquestionável” (p. 15), atuando na perspectiva da consolidação do que a autora nomeou de uma “nova politização do seio e do aleitamento materno”.

Algumas estudiosas de gênero vêm identificando esse movimento de que fala Meyer a um novo modelo de maternidade. Fundamentado na naturalização da função social da mulher por meio do reforço ao mito do amor materno e da biologização da amamentação, esse novo modelo ou ideologia foi chamado pela pesquisadora Joan Wolf¹² de *maternidade total* e por Sharon Hays,¹³ de *maternidade intensificada*.

Tal modelo, que em grande medida se assemelha a um desdobramento do discurso higienista sobre responsabilidade da mãe para com o cuidado dos filhos, sua saúde e pleno desenvolvimento, está relacionado à ideia de um exercício intensivo da maternidade, de uma maternidade que se coloca como total ou totalizante no que diz respeito à subjetividade e à identidade da mulher que opta por ter um filho. Na maternidade intensificada ou total, as mães devem se tornar “especialistas” em tudo o que seus filhos possam encontrar ou precisar, desde pediatras, psicólogas e educadoras, até responsáveis por inspecionar a segurança dos bens de consumo.

Dessa forma, “é esperado das mães não apenas proteger seus filhos de ameaças imediatas, mas também prever e prevenir qualquer circunstância que possa interferir no desenvolvimento supostamente normal”¹² (p. 615), responsabilidade que tem início ainda durante a gestação. Para Wolf,¹² a prática desse código moral implica, frequentemente, uma negociação entre o que as mães *podem* gostar e o que os bebês e crianças *devem* ter. Um processo sempre desequilibrado, pois, como ela destaca, “enquanto mães têm desejos, como um sentido de autonomia corporal, emocional e psicológica, as crianças têm necessidades” (p. 616). Sendo assim, a atitude esperada da “boa mãe” é a de reduzir todos os riscos a que os filhos possam estar expostos, independentemente dos custos potenciais de qualquer natureza que esse comportamento venha a ocasionar para sua própria vida.

Sharon Hays,¹³ por sua vez, nomeou de “ideologia da maternidade intensificada” uma “ideia de que a educação das crianças exige enorme quantidade de dinheiro, habilitações especializadas e imensos volumes de energia física, moral, mental e emocional da parte da mãe” (p. 7). Nessa ideologia, que alcançaria boa parte do mundo ocidental, a amamentação parece ser questão-chave a ser problematizada, já que é possível apontar a presença desse modelo em muitos dos discursos internacionais em defesa do aleitamento materno.

No Brasil, a situação não é diferente. No livro resultante de pesquisa anterior,⁶ em que foram analisados materiais educativos produzidos pelo Ministério da Saúde voltados a mulheres

e profissionais de saúde e peças de campanhas da Semana Mundial da Amamentação, que acontece anualmente de 1º a 7 de agosto, foram observados alguns pontos importantes comuns à maior parte desses discursos. Alguns deles serão compartilhados neste texto.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que, embora muitos dos materiais de promoção e orientação ao aleitamento materno se dirijam à mulher, a política não se destina a ela, mas à criança. A Política Nacional de Promoção, Proteção e Apoio ao Aleitamento Materno está ligada à Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno, e seu objetivo final é a saúde – sobretudo nutricional e imunológica – da criança. Na maioria dos discursos oficiais da política, a mulher não é tratada como sujeito, mas como um instrumento necessário ao fornecimento do leite materno – o melhor alimento – à criança. Para que a mulher adote a prática do aleitamento materno nos parâmetros preconizados pelo Ministério da Saúde – que segue rigorosamente os parâmetros da Organização Mundial da Saúde –, os discursos têm, em geral, um tom prescritivo, imperativo, com uso de expressões como “Dê ao seu filho o que há de melhor” e “Amamente exclusivamente até 6 meses”.

As perspectivas da mulher são pouco consideradas na formulação desses discursos. Mas de que perspectivas estamos falando? Os discursos não mencionam quaisquer sentimentos da mulher que amamenta e minimizam possíveis dificuldades, colocando no desejo da mulher a possibilidade ou não de continuar amamentando ao final da licença-maternidade, com frases como “toda mulher é capaz de amamentar”.

Também não problematizam as interações e impactos sociais implicados na amamentação, como: a sexualidade do casal durante a amamentação, o trabalho feminino – seja em casa ou no mercado de trabalho formal – e a participação do pai ou companheiro ou companheira não apenas na amamentação, mas no cuidado em geral com o filho, desenvolvendo melhor o conceito da maternagem como uma prática que pode ser exercida pela mãe, mas também pelo outro que compartilha o cuidado.

Mesmo a *Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta*¹⁴ não problematiza as dificuldades da mulher que trabalha fora e amamenta. Enquanto explica em detalhes o passo a passo para ordenha, conservação e oferta do leite ao bebê, não dedica uma linha sequer a abordar a possibilidade do desmame no retorno da mulher ao trabalho após o nascimento do bebê, ou o impacto emocional, para mãe e bebê, desse momento de separação entre os dois. Por fim, os discursos, de modo geral, individualizam a prática da amamentação e impõem à mulher a maior parte da responsabilidade. Como afirma a Cartilha¹⁴: “É possível manter seu filho com leite materno mesmo depois de voltar a trabalhar fora? Temos certeza de que sim!” (p. 26).

Assim, muitas mulheres acabam se sentindo culpadas ou envergonhadas por não quererem ou não conseguirem amamentar. Segundo Erin N. Taylor e Lora Ebert Wallace,¹⁵ as questões de culpa e vergonha emergem das discrepâncias entre os significados propostos pelo discurso hegemônico das organizações nacionais e internacionais e os significados produzidos por aquelas que amamentam. As mães que não amamentam ou não obedecem aos parâmetros definidos de amamentação podem sentir culpa, tristeza ou inadequação. Além disso, mães que não refletem expectativas de amamentação hegemônicas podem ser vistas como rejeitando um ideal de feminilidade que relaciona a amamentação à natureza feminina. Tais críticas podem fazer com que uma mãe que não amamenta se sinta “uma mulher incompleta”.

Em artigo de 2014, Irene Kalil, Marcelo Robalinho Ferraz e Adriana Cavalcanti de Aguiar¹⁶ buscaram observar convergências e divergências entre o conhecimento produzido pelo Ministério da Saúde e o conhecimento de mães sobre amamentação. Para isso, propuseram a análise discursiva de uma peça de campanha da Semana Mundial da Amamentação de 2010 e, posteriormente, uma primeira aproximação com as percepções maternas sobre amamentação e também acerca do mesmo material analisado. Foram entrevistadas sete mães da Região Nordeste do país, com idades entre 25 e 40 anos, casadas ou vivendo em união estável, com curso superior completo ou pós-graduação, exercendo atividade remunerada dentro e/ou fora de casa, mães de bebês com, no máximo, dois anos incompletos e em processo de amamentação ou tendo desmamado há menos de dois anos.

O texto do cartaz analisado expõe o mote do discurso oficial sobre aleitamento materno:

Quando uma mulher fica grávida, ela e todos que estão à sua volta devem se preparar pra oferecer o que há de melhor para o bebê. E nada é melhor do que amamentar. Por isso, amamente seu filho já na primeira hora de vida. Deixe-o mamar o quanto quiser. Seu leite é o único alimento que ele precisa, até os seis meses. Só depois, comece a dar outros alimentos. Mas continue amamentando até os dois anos ou mais. Amamentar é muito mais que alimentar a criança. É um importante passo para uma vida mais saudável.

As respostas das entrevistadas pertinentes às motivações que as levaram a amamentar demonstraram uma substantiva incorporação desse discurso oficial, refletindo o efeito discursivo que Verón¹ nomeou de “discurso absoluto”. Na construção imagética, no entanto, a concepção idealizada da amamentação como prática perfeita, sem problemas, distancia-se das experiências e percepções maternas.

É importante notar que cinco das sete mães se manifestaram contrárias à recomendação do Ministério da Saúde de os bebês mamarem até os dois anos de idade ou mais. As razões

apontadas por elas estavam relacionadas à saúde nutricional e à socialização do bebê; à autonomia e vida social da mãe; à iniciativa da própria criança em desmamar antes da idade expressa na campanha; e a existência de outras formas de reforçar a relação entre mãe e filho que não somente a amamentação.

Em pesquisa citada anteriormente,⁶ a análise dos materiais educativos e de campanhas permitiu identificar que, ainda hoje, a maior parte desses discursos continua a enfatizar a importância da prática para a saúde da criança, enfocando-a sob a ótica do “aleitamento materno” (provimento de leite ao bebê) em detrimento da “amamentação” (processo intersubjetivo complexo com potenciais desdobramentos psíquicos e sociais para os envolvidos).

Desse modo, assim como no material citado, a maior parte dos discursos adota enunciados de comando, redigidos com verbos no tempo presente e, em geral, na forma imperativa, buscando produzir um efeito de verdade. Tal dispositivo tem “como objetivo tentar que o receptor tenha, no futuro, o comportamento expresso pelo estado de coisas ao qual nele se faz alusão”, como apontou o linguista Milton Pinto.² Eles se dirigem, sobretudo, à mulher – gestante, mãe, lactante – no sentido de disciplinar seu corpo materno, especialmente seus seios, elemento e condição necessária para que o ato da amamentação natural aconteça.

CONCLUSÃO

A proposta deste artigo foi refletir sobre o papel histórico dos discursos pró-aleitamento materno na conformação de certos modelos de maternidade em voga no mundo ocidental contemporâneo. Por meio da análise dos materiais oficiais produzidos nas últimas duas décadas no país, pudemos observar que neles prevalece a visão de uma relação predominantemente instrumental da amamentação: cabe à mulher fornecer ao/a seu/sua filho/a o melhor alimento, ao mesmo tempo seguro, mais completo do ponto de vista nutricional e com valor imunológico inestimável. A mãe é persuadida a amamentar com base, sobretudo, na publicização dos atributos do leite materno e seu caráter supostamente indispensável à saúde da criança, e tal situação implica a valorização ou destaque de determinados sentidos em detrimento de outros, temporariamente apagados ou ofuscados.

Não se trata de desqualificar a importância da amamentação, mas de problematizar como os discursos naturalizam a prática, reduzindo-a a comportamentos biológicos que definiriam o papel natural da mulher na sociedade. A amamentação como experiência complexa é pouco explorada, o que nos ajuda a compreender o contexto em que o desmame é um processo de

transição silenciado e a condição psicológica da amamentação, recorrentemente relegada.¹⁷ Sendo assim, as mulheres e suas perspectivas sobre a amamentação são estereotipadas, configurando um modelo de maternidade enrijecido, que constrange as mães em suas formas de cuidar, sua opção por amamentar ou não e suas motivações para dar continuidade ou encerrar o aleitamento.

Também no âmbito da atenção à saúde, Jordana Moreira de Almeida, Sylvana de Araújo Barros Luz e Fábio da Veiga Ued¹⁸ destacaram que, embora as mães procurem o profissional para ajudá-las com seus problemas relativos ao aleitamento, ele “geralmente impõe tantas normas e regras que não contemplam sua realidade e isso acaba gerando medo e insegurança na nutriz” (p. 360). Na mesma direção, Juliana Cristina dos Santos Monteiro, Flávia Azevedo Gomes e Ana Maria Spanó Nakano¹⁹ observaram que os discursos em prol do aleitamento materno, utilizados para difundir a prática como comportamento social universal das mulheres, “tendem a evidenciar a visão romântica deste ato, omitindo possíveis problemas que possam ocorrer” (p. 148), inclusive relacionados às diferentes significações do seio e do corpo feminino.

Nesse sentido, as autoras¹⁹ defendem a formulação de um novo modelo de atenção, que passe a respeitar o direito de as mulheres decidirem o uso que farão de seus seios e corpos. Assim, caberia aos profissionais de saúde “o acolhimento a estas mulheres, a compreensão do seu modo de vida e o respeito às suas opiniões, para assim, apoiá-la nas decisões referentes ao processo de amamentação” (p. 149).

Reconhecemos que tais modelos de maternidade não existem de forma homogênea nas diferentes sociedades, e mesmo dentro de determinada sociedade, pois estão em constante movimento e reconfiguração, e variam de acordo com uma série de fatores. Eles mantêm relação, ainda, com as políticas familiares adotadas em cada país, que podem ou não propiciar maior equilíbrio das funções materna e paterna, atualizando ou colocando em xeque a tradicional divisão sexual do trabalho, como sugerido por nós em trabalho anterior.²⁰

Obviamente, tais discursos são parte do que a pesquisadora Inesita Soares de Araújo²¹ chamou de concorrência discursiva, e sua apreensão pelas mulheres e pela sociedade em geral passa por um processo de negociação de sentidos, no qual entram em cena as experiências pessoais e do grupo, as condições decorrentes de elementos como “raça”, classe social e território, outras leituras e, atualmente, a troca que ocorre nas comunidades virtuais.

Com relação aos materiais oficiais de promoção e orientação ao aleitamento materno, no entanto, concluímos que, embora seja perceptível uma considerável polifonia nos discursos emitidos em diferentes situações e para públicos distintos, permanece a centralidade da criança

na abordagem sobre amamentação, por meio de uma linguagem que objetifica a mulher, deixando transparecer a ideia de que é seu dever atuar no sentido da conquista da saúde física, mental e emocional de seus filhos.

Fonte do precioso leite, o corpo feminino é objeto de regulação estatal, convertendo-se em instrumento da política pública em prol da saúde infantil. Tais discursos concorrem, desse modo, para a conformação e manutenção de alguns modelos de maternidade em vigor, que estabelecem um recorte no imaginário social acerca do que viria a ser uma “boa mãe”.

Nesse sentido, apontamos a necessidade de realizar outras pesquisas que venham a apontar como o processo de amamentação e desmame é vivenciado por seus diversos atores, de forma a complexificar a abordagem da temática nos materiais oficiais, permitindo, assim, a configuração de modelos de maternidade menos prescritivos e mais adaptados às realidades concretas das mulheres no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

1. Verón E. Fragmentos de um tecido. São Leopoldo: Unisinos; 2004.
2. Pinto MJ. As marcas linguísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numen; 1994.
3. Romani JP. Mulher: natureza e sociedade. In: Luz MT. (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal; 1982. p. 59-71.
4. Venancio SI. Epidemiologia do aleitamento materno no Brasil: Tendência no período de 1975-1999. In: Issler H. (Coord.). O aleitamento materno no contexto atual: políticas, prática e bases científicas. São Paulo: Sarvier; 2008. p. 37-41.
5. Bourdieu P. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2012.
6. Kalil I. De silêncio e som: a produção de sentidos nos discursos pró-aleitamento materno contemporâneos. Rio de Janeiro: Multifoco; 2016.
7. Badinter E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.
8. Faircloth C. Introduction. In: _____. Militant Lactivism?: Attachment Parenting and Intensive Motherhood in the UK. New York: Berghahn Press; 2013. p. 1-12.
9. Alzuguir FV; Nucci MF. Maternidade mamífera? Concepções sobre natureza e ciência em uma rede social de mães. Mediações – Revista de Ciências Sociais 2015; 20(1):217-238.
10. Badinter E. O conflito: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record; 2011.

11. Meyer DE. Pedagogias do aleitamento materno e produção de identidades de gênero. In: SEMINÁRIOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL - ANPEDSUL, 2000, Porto Alegre. Anais... p. 1-17.
12. Wolf JB. Is breast really best? Risk and total motherhood in the National Breastfeeding Awareness Campaign. *J Health Polit Policy Law* 2007; 32(4): 595-636.
13. Hays S. Contradições culturais da maternidade. Rio de Janeiro: Gryphus; 1998.
14. Brasil. Ministério da Saúde. Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta. Brasília; 2015.
15. Taylor EN, Wallace LE. For shame: feminism, breastfeeding advocacy, and maternal guilt. *Hypatia* 2012;27(1):76-98.
16. Kalil IR, Ferraz LMR, Aguiar AC. Da intenção ao gesto: aproximações e distanciamentos entre informações oficiais e percepções maternas sobre amamentação. *Diálogos de la Comunicación* 2014;88:1-18.
17. Cartaxo CMB, Nascimento CAD, Diniz CMM, Brasil DRPA, Silva IF. Gestantes portadoras de HIV/AIDS: Aspectos psicológicos sobre a prevenção da transmissão vertical. *Estudos de Psicologia* 2013;18(3):419-427.
18. Almeida JM, Luz SAB, Ued FV. Apoio ao aleitamento materno pelos profissionais de saúde: revisão integrativa da literatura. *Rev. paul. pediatr.* 2015;33(3):355-362.
19. Monteiro JCS, Gomes FA, Nakano AMS. Amamentação e o seio feminino: uma análise sob a ótica da sexualidade e dos direitos reprodutivos. *Texto Contexto Enferm* 2006;15(1):146-150.
20. Kalil IR, Aguiar AC. Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. *Saúde debate* 2016;40(110):208-223.
21. Araújo IS. Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social. *Perspec. ciênc. inf.* 2003; esp:46-57.

Colaboradores

Kalil IR atuou na pesquisa, redação e edição do artigo. Aguiar AC atuou na edição e revisão do artigo.

Conflito de interesses: as autoras declaram não haver conflito de interesses.

Recebido: 01 de julho de 2019

Revisado: 29 de julho de 2019

Aceito: 01 de agosto de 2019